São Paulo, 29 de março de 2017

Aos participantes e assistidos dos Planos PAP, PAP II, Fundamental e PAN administrados pela FUNEPP

Assunto: Oportunidade temporária de migração para o PAN e alterações regulamentares nos Planos PAP, PAP II, Fundamental e PAN

Prezado Participante e Assistido,

A FUNEPP – Fundação Nestlé de Previdência Privada comunica aos participantes e assistidos dos Planos **PAP** (Plano de Aposentadoria Programada – CNPB n° 1999.0004-47), **PAP II** (Plano de Aposentadoria Programada II - CNPB n° 2014.0012-19), **Fundamental** (Plano Fundamental - CNPB n° 1999.0005-11) e **PAN** (Plano de Aposentadoria Nestlé - CNPB n° 2014.0001-74), em cumprimento à legislação vigente, que submeterá à aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC os competentes processos para alterar algumas das atuais disposições regulamentares dos referidos Planos.

As alterações regulamentares que estão sendo propostas têm por objetivos primordiais (i) buscar redução no nível de exposição aos riscos atuariais, mediante alguns ajustes no PAP e abertura de uma oportunidade temporária de migração voluntária para o PAN, com alguns incentivos; e (ii) trazer algumas melhorias e flexibilidades, como por exemplo, regras mais benéficas no resgate do PAN e mais flexibilidade na forma de recebimento dos benefícios do PAP II e PAN.

Com a aprovação desses processos pela PREVIC, será possível para os participantes e assistidos do PAP e PAP II, assim como assistidos por aposentadoria do Fundamental, optar voluntariamente por migrar para o PAN, no prazo a ser determinado pela FUNEPP. Para isso, **oportunamente, os participantes e assistidos receberão todas as informações e esclarecimentos necessários para entender essa opção e tomar a sua decisão livremente.**

Os atuais participantes e assistidos do PAN não serão afetados pelo processo de migração.

Nesse contexto, as alterações que estão sendo realizadas estão resumidas na tabela das páginas a seguir, as quais poderão ser consultadas, em seu inteiro teor, no sítio eletrônico da entidade.

Medida/Alteração proposta	Regulamento a ser alterado			
	PAP	PAP II	Fundamental	PAN
Da migração e seus incentivos				
Opção de migração voluntária para o PAN. Mediante ampla campanha de divulgação e esclarecimentos, a opção será disponibilizada por período a ser determinado pela entidade, para todos os participantes e assistidos do PAP e PAP II e para assistidos com benefício de aposentadoria do Fundamental.	X	X	X	
Para os assistidos do PAP e para os assistidos do Fundamental elegíveis a migrar, que optarem pela migração voluntária para o PAN, saindo do modelo de renda vitalícia para benefício em renda financeira, conforme opções do PAN, será concedido um incentivo financeiro correspondente à última renda vitalícia (valor mensal) recebida no PAP, a ser pago no PAN, no mês seguinte à conclusão do processo de migração.	X		X	
Para os assistidos do PAP e para os assistidos do Fundamental elegíveis a migrar, que optarem pela migração voluntária para o PAN, será permitido o saque de até 20% da reserva, por meio de 6 a 18 parcelas mensais, em quotas. Para os assistidos do PAP II (que fiquem no PAP II ou prefiram migrar para o PAN) será permitido um saque complementar àquele de 10% feito na migração de 2014/2015, até o limite de 20% da reserva (somando os dois saques), observando o mesmo parcelamento de 6 a 18 meses. A opção de saque estará disponível por prazo determinado após a aprovação da alteração regulamentar.	X	X	X	
Os participantes ativos que migrarem do PAP ou do PAP II para o PAN poderão fazer uma Contribuição Adicional de 1% a 8% do salário-base, hipótese em que farão jus a uma Contribuição Adicional de patrocinadora, correspondente a um percentual da Contribuição Adicional feita pelo participante. Esse percentual variará de acordo com o tempo de serviço na patrocinadora, computado até 31/12/2014, como segue: até 10 anos, 10%; entre 10 e 20 anos, 40%; entre 20 e 25 anos, 75%; e a partir de 25 anos, 200%. Essa escala é equivalente àquela adotada no PAP II.				X
Para os ativos e autopatrocinados do PAP que optarem pela migração voluntária para o PAN, o incentivo financeiro será concedido por meio de cálculo atuarial da reserva matemática individual do participante acumulada até a efetivação da mudança, a ser transformada em crédito de migração e a ser alocado como saldo inicial no PAN. No que tange a garantia mínima, para esse cálculo atuarial será adotado um critério mais favorável ao participante do que o mínimo exigido no regulamento, pelo qual não haverá a paralisação da contagem do fator "N" e se projetará a evolução da garantia mínima (artigo 26 do Regulamento PAP) até a aposentadoria.	X			
O regulamento do PAN será adaptado para incluir as regras relativas à recepção e tratamento das reservas oriundas do processo de migração, as quais passarão a ser submetidas às regras do PAN.				X

Das medidas para contenção de riscos atuariais do PAP				
Paralisação da contagem do fator "N", que representa o número de meses em que o participante faz Contribuição Básica no percentual máximo de 4%, para fins da fórmula da garantia prevista no artigo 26 do Regulamento do PAP. Assim, essa garantia será estancada, e será proporcional ao tempo de contribuição pelo percentual máximo acumulado até a efetivação das mudanças, observando-se o direito acumulado dos participantes, como determina a legislação.	X			
O pagamento de benefício na forma de renda vitalícia, no PAP, continuará disponível para os saldos de conta acumulados até a efetivação da alteração regulamentar (após aprovação da PREVIC), mas esta forma de recebimento não estará mais disponível para os saldos constituídos por contribuições feitas após aquela data. Os novos saldos, quando convertidos em benefícios, poderão ser pagos por uma das formas de renda financeira previstas no regulamento (percentual do saldo ou prazo determinado).	X			
A idade de elegibilidade ao benefício de aposentadoria no PAP passará para 55 anos, tanto para homens quanto para mulheres (exceto, participante fundador do PAP, que permanece na regra antiga). Como essa idade de elegibilidade, atualmente, é de 48 anos para mulheres e 53 para homens, será adotada uma regra de transição, para aplicação gradual dos efeitos da nova regra para aqueles que já estão mais próximos da idade atualmente exigida. A tabela de transição está mais adiante, no final dessa tabela, em separado.	X			
Tratamento de futuros déficits ou superávits apurados no plano, mediante equacionamento ou destinação compartilhada entre patrocinadores, participantes e assistidos, na forma da legislação.	X			
Das melhorias e flexibilizações no PAN e/ou PAP II				
No PAN, será flexibilizado o saque de 25% do saldo de conta para qualquer momento, após a aposentadoria, mas apenas uma vez (artigo 30 do regulamento).				X
As regras do resgate do PAN serão mais benéficas para os participantes, pois será aumentado o seu acesso às contribuições feitas pela patrocinadora. Pela nova regra, em caso de resgate, além de 100% das contribuições pessoais que tiver feito ao plano, o participante receberá 50% do saldo de patrocinadora (independentemente do tempo de serviço), acrescidos de 5% por ano de serviço na patrocinadora, até o máximo de 100%.				X
No PAN e PAP II serão feitos ajustes para flexibilizar as formas de recebimento dos benefícios. O intervalo de percentuais incidentes sobre o saldo passa de 0,10% a 1,5% para 0% a 1,5%, possibilitando a suspensão do recebimento, quando for de interesse do participante (PAN - artigo 27; PAP II – artigo 28). Além disso, será ampliado de 100 para 150 Unidades Previdenciárias o limite do saldo em que o assistido pode requerer o recebimento do saldo em prestação única (PAN - artigo 31, §§ 1º e 2º; PAP II - artigo 33, §§ 1º e 2º)		X		X

Da regra de transição para a nova idade de aposentadoria no PAP	
Idade do participante, na data de vigência inicial da nova regra	Nova idade de aposentadoria, a vigorar após vigência da nova regra
Mulheres	
Mais de 47 anos completos	48
47 anos incompletos	49
46 anos incompletos	50
45 anos incompletos	51
44 anos incompletos	52
43 anos incompletos	53
42 anos incompletos	54
41 anos incompletos ou menos	55
Homens	
Mais de 52 anos completos	53
52 anos incompletos	54
51 anos incompletos ou menos	55

Ressaltamos que a efetivação das alterações regulamentares pretendidas ainda depende da aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, nos termos da legislação vigente. Assim, o objetivo desta comunicação é prestar-lhes informações iniciais sobre o processo e informá-los que as novas regras somente entrarão em vigor após a obtenção da aprovação da PREVIC, de forma que a presente comunicação é feita em caráter provisório e não gerará direitos ou expectativas de direitos para os participantes e assistidos a que se destina.

Novas informações lhe serão fornecidas ao longo do período de tramitação do processo que, uma vez aprovado, será objeto de ampla campanha de divulgação e esclarecimento.

Atenciosamente,

FUNEPP – Fundação Nestlé de Previdência Privada
 Cesar Gomes
 Diretor Presidente